



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

19 de setembro de 2017

A Notícia Notícias

“UFSC mantém cursos a distância”

UFSC mantém cursos a distância / Operação Ouvidos Moucos / Universidade Aberta do Brasil / UAB / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Vice-Reitora / Alacoque Lorenzini Erdmann / Coletiva de Imprensa / Chefe de Gabinete / Áureo Moraes / Capes / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Polícia Federal / PF / Corregedoria / Bolsas / Desvio de Dinheiro Público / Irregularidades / Formação de professores / Controladoria-Geral da União / CGU / Israel José de Reis Carvalho / Marcio dos Santos / S.A. Tour Viagens e Turismo Ltda / Superfaturamento / Delegada / Érika Marena

TERÇA-FEIRA - 19/9/2017

NOTÍCIAS 10

OPERAÇÃO OUVIDOS MOUCOS

UFSC mantém cursos a distância

Programa Universidade Aberta do Brasil é alvo de operação que prendeu o reitor na semana passada

Após os desdobramentos da Operação Ouvidos Moucos, que investiga o desvio de recursos públicos do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e que resultou no afastamento do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier, a vice-reitora Alacoque Lorenzini Erdmann assumiu oficialmente ontem a função de reitora em exercício. A direção da instituição garantiu que as aulas dos 28 cursos de graduação a distância não serão interrompidas, mesmo com repasses suspensos.

Em coletiva de imprensa na manhã de ontem, Alacoque leu uma carta direcionada à sociedade catarinense e à comunidade universitária. No texto, ela diz que recebe a “dura e difícil incumbência de responder pelo exercício da reitoria diante do impedimento do amigo Cancellier” e que exerce a responsabilidade com a “certeza do apoio da equipe da universidade”.

Quem respondeu aos questionamentos da imprensa foi o chefe de gabinete da reitoria, Áureo Moraes. Com o afastamento judicial de alguns integrantes da coordenação

da UAB, a universidade nomeou professores substitutos para que as aulas continuem ministradas aos 1,3 mil alunos matriculados.

Segundo Moraes, o repasse da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2017 foi cancelado quando a fundação soube da investigação que era tocada pela corregedoria da universidade antes mesmo de a operação da Polícia Federal vir à tona. Diante da desconfiança do desvio de verba, a entidade decidiu segurar o recurso e esperar os desdobramentos da investigação.

— Foi nesse momento (em maio) que recebemos a informação de que havia um processo de investigação na corregedoria. Como não temos nenhuma garantia de sequência do edital e dos recursos, vamos avaliar quais procedimentos serão tomados.

Por enquanto, as aulas que começaram em agosto continuam sendo ministradas com recursos próprios e apoio dos professores da universidade. As denúncias pesam sobre o curso de física e colocam em dúvida outras disciplinas, que ainda são investigadas.



MOMENTO

Vice-reitora Alacoque Lorenzini assumiu oficialmente ontem a reitoria após o afastamento de Cancellier

A instituição corrigirá os erros, diz chefe de gabinete da direção

Sobre a interferência da reitoria na investigação interna da corregedoria manifestada em inquérito da Polícia Federal, o chefe de gabinete, Áureo Moraes, disse que Cancellier teve acesso apenas a conteúdo parcial do procedimento administrativo e que, até agora, não tem conhecimento dos detalhes do inquérito da Polícia Federal. Ele não quis responder

em nome do reitor sobre denúncias que já haviam sido feitas por uma professora.

— Desconhecíamos detalhes desse procedimento, o que fortalece o nosso posicionamento de perplexidade com o desdobramento final (da investigação).

Moraes confirmou que a suspeita de irregularidade no programa de ensino a distância deixou

dúvidas em parceiros de outros programas da universidade. Mas garantiu que a instituição corrigirá os erros e sairá fortalecida.

— Há fatos que merecem ser apurados e estão sendo, mas essa universidade precisa se fortalecer enquanto instituição. Temos que apostar que corrigir é o melhor. Não temos dificuldade em manter relações institucionais,

vamos mantê-las, fortalecê-las e ampliá-las — concluiu.

Em sua breve manifestação, a reitora em exercício destacou que o episódio se restringe a alguns cursos e que, se as irregularidades forem confirmadas, as pessoas envolvidas serão responsabilizadas. Na quinta-feira passada, a Polícia Federal cumpriu 16 mandados de busca e

apreensão, sete de prisão e cinco de condução coercitiva por suposto desvio de dinheiro público de bolsas concedidas a professores e tutores dos cursos da UAB. Além da prisão do reitor, outros seis professores e servidores da UFSC foram detidos, sendo liberados ainda na sexta-feira. Ainda não há uma estimativa do valor desviado.

ENTENDA A INVESTIGAÇÃO

■ A Operação Ouvidos Moucos foi deflagrada na manhã desta quinta-feira e teve sete prisões temporárias – entre elas a do reitor Cancellier – e cinco conduções coercitivas. O foco da ação é o Programa Universidade Aberta (UAB), destinado a cursos de formação de professores a distância com o repasse de bolsas por meio da Capes. A proposta do projeto é que os formandos deem aula em cidades do interior do Estado.

■ De 2006 até 2017, o governo federal destinou R\$ 80 milhões para o programa. A investigação focou, no entanto, em R\$ 40 milhões, usados de 2010 até 2017. Os investigadores da Controladoria Geral da União (CGU) pegaram contratos por amostragem dentro desse valor e detectaram irregularidades.

Por isso, não é possível identificar quanto teria sido desviado.

■ Entre 2010 e 2011, foram identificados problemas em 40 procedimentos de bolsas que totalizam R\$ 350 mil. Também foram encontrados nomes de 100 parentes dos envolvidos no esquema como beneficiários. Nessa lista de familiares, o valor estimado em apuração é de R\$ 3 milhões.

■ Segundo a CGU, a investigação iniciou após vistorias rotineiras feitas na universidade. Como detectaram indícios de crime, os agentes da controladoria encaminharam os dados para a PF. Desde que os problemas foram detectados, o órgão teria alertado a UFSC e pediu correções, mas elas não ocorreram, segundo o coordenador de operações da controladoria, Israel José de Reais Carvalho.

88%

Superior ao valor de mercado é o que teria pago a UFSC por 99 translaçados.

91%

das licitações foram vencidas por uma mesma empresa.

Viagens acima do valor de mercado

Uma das supostas irregularidades encontradas por auditoria da CGU na área de ensino a distância (EaD) da UFSC diz respeito à contratação de empresas de turismo para serviços de viagem. De acordo com o inquérito, há indícios de fraudes na locação de veículos para transportar professores e bolsistas do curso de Física até os polos da universidade em outras cidades.

Conforme a investigação, a UFSC teria pago R\$ 124,6 mil por 99 translaçados entre 2010 e 2014 – um preço 88% superior do que o valor de mercado e o suficiente para comprar três carros novos, conforme a CGU, que também investigou as irregularidades.

Para a Polícia Federal, o coordenador do curso, Marcio dos Santos, ignorava licitações e contratava os serviços da S.A. Tour Viagens e Turismo Ltda. Uma das notas fiscais anexadas ao inquérito comprova o pagamento de R\$ 9 mil à empresa sem detalhar o trajeto, carros, placas, custos com combustível e motorista. “Resta nítido o superfaturamento”, escreveu a delegada Érika Marena. A PF também acredita

que Santos simulava concorrência com outras três supostas empresas fantasmas para favorecer a S.A. Tour. Os orçamentos da Ilha dos Açores Turismo, da Arroba Turismo e da AJC Agência de Viagens e Turismo eram redigidos com a mesma letra ou tinham formatação e erros de digitação idênticos. Os valores, no entanto, eram superiores, uma estratégia para justificar a escolha da S.A. Tour.

A empresa ganhou 91% das licitações. Há casos em que o coordenador do curso locou mais de um carro para o mesmo dia e destino e em que houve pagamento para a locadora mais reembolso para os professores pelo deslocamento por conta própria.

A reportagem do *Diário Catarinense* procurou as empresas nos endereços citados na documentação e não encontrou agências de turismo funcionando nos locais. Em um dos endereços funciona uma clínica médica. Em outros, há residências. Marcio dos Santos foi um dos sete presos na quinta-feira passada liberados pela Justiça na sexta-feira à noite.

ENSINO A DISTÂNCIA

Confira a lista de cursos que serão mantidos mesmo sem repasse:

Araranguá

Ciências Biológicas - Licenciatura (50 vagas)
Filosofia - Licenciatura (40 vagas)

Blumenau

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (40 vagas)

Braço do Norte

Administração (50 vagas)

Canelinha

Matemática - Licenciatura (50 vagas)

Canoinhas

Ciências Biológicas - Licenciatura (50 vagas)
Física - Licenciatura (45 vagas)

Criciúma

Filosofia - Licenciatura (50 vagas)

Indaial

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (40 vagas)
Administração Pública (55 vagas)

Itajaí

Filosofia - Licenciatura (50

vagas)
Administração (50 vagas)

Jaraguá do Sul

Administração Pública (55 vagas)

Joinville

Filosofia - Licenciatura (60 vagas)
Administração (50 vagas)

Laguna

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (30 vagas)
Matemática - Licenciatura (50 vagas)

Otacílio Costa

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (40 vagas)
Administração (50 vagas)

Praia Grande

Administração Pública (55 vagas)

São José

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (50 vagas)
Administração (50 vagas)

Treze Tílias

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (30 vagas)

Tubarão

Ciências Biológicas - Licenciatura (50 vagas)
Física - Licenciatura (30 vagas)

Videira

Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa (40 vagas)

Pato Branco (PR)

Ciências Biológicas - Licenciatura (50 vagas)
Física - Licenciatura (30 vagas)

Notícias do Dia Cidade

“Acesso restrito às investigações”

Acesso restrito às investigações / Corregedoria-Geral da UFSC / Reitora em Exercício / Alacoque Lorenzini Erdmann / Afastamento / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Polícia Federal / Desvio de bolsas / EaD / Ensino a distância / Chefe de Gabinete / Áureo Moraes / Entrevista Coletiva / Universidade Aberta do Brasil / UAB / Corregedor-Geral / Rodolfo Hickel do Prado / Secretaria de Assuntos Institucionais / Física / Administração / Línguas / Controladoria-Geral da União / CGU / Fundação de Apoio / Conselho de Curadores / Desvio de Recursos / Capes / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Marcio Santos / Marcos Baptista Lopez Dalmau / Rogerio da Silva Nunes / Gilberto de Oliveira Moritz / Eduardo Lobo / Roberto Moritz da Nova / Renê Balduino Sander / Erves Ducati / Sonia Maria Silva Correa de Sousa Cruz / Murilo da Costa Silva / Aurélio Justino Cordeiro / Abílio Baeta Neves

Cidade

4. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2017

Editor: RODRIGO LIMA
rodrigolima@noticiasdodia.com.br

Acesso restrito às investigações

Reitora em exercício da UFSC diz que não viu material da Corregedoria, mas destaca independência

FÁBIO BISPO

fabiobispo@noticiasdodia.com.br

Classificando como dura e difícil a incumbência de assumir a reitoria diante do impedimento do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, afastado do cargo até que sejam finalizadas as investigações da Polícia Federal que apuram desvio de bolsas de programas de EaD (Ensino a Distância), a reitora em exercício Alacoque Lorenzini Erdmann disse ter convicção de que o desfecho sobre as irregularidades, se confirmadas, receberão a “devida apuração e necessária responsabilização”. Ao lado do chefe de gabinete Áureo Moraes, a reitora em exercício concedeu entrevista coletiva na manhã de ontem.

Ela fez questão de destacar a independência dos organismos de controle que atuam na universidade e afirmou que não chegou a ter acesso às investigações que correm no âmbito da Corregedoria sobre possível desvio de bolsas nos cursos EaD da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Segundo divulgou, as irregularidades teriam ocorrido nos cursos de física, administração e línguas.

“Havia um procedimento interno, mas não tínhamos acesso aos detalhes da inves-

tigação. A Corregedoria é um órgão autônomo”, afirmou Moraes, justificando, que no entanto, apesar de sua independência a Corregedoria ainda sim está subordinada ao crivo da reitoria. “É prerrogativa do reitor ser autoridade máxima na universidade”, completou.

Um dos principais entraves apontados pelo corregedor-geral Rodolfo Hickel do Prado em seu depoimento à Polícia Federal foi o de que a nova reitoria, que assumiu em 2016, estaria tentando limitar sua atuação subordinando a Corregedoria-Geral à Secretaria de Assuntos Institucionais. Isso, conforme Prado, impedia a abertura de procedimentos administrativos sem o aval desta secretaria.

A vice-reitora, que estava em viagem ao México no dia em que a Operação Ouvidos Moucos foi deflagrada, confirmou ter homologado, em julho deste ano, ato de avocação e nulidade de procedimento administrativo que tramitou na Corregedoria-Geral da UFSC. “Eu homologuei sim, mas esse caso não tem nada a ver com as investigações, se trata de outro processo”, disse sem revelar o conteúdo da investigação ou os motivos que ensejaram a anulação de ato correccional. ●



Alacoque assumiu ontem a reitoria diante do afastamento do reitor Luiz Carlos Cancellier

CGU cobrou ajustes em convênios

Áureo Moraes afirmou que após as investigações a universidade poderá fazer ajustes em alguns procedimentos internos e destacou que a instituição é frequentemente fiscalizada por órgãos de controle internos e externos. “A CGU [Corregedoria-Geral da União] esteve na universidade e realizou auditoria, mas nenhum apontamento vinha nesta direção das investigações. Não que não seja preciso ajustar alguns procedimentos internos, mas os relatórios da CGU não apontaram isso neste caso”, afirmou. Sobre as suspeitas de fraudes em licitações e demais irregularidades de custeio para execução dos projetos firmados no âmbito da UAB, Moraes destacou que esses recursos não são administrados diretamente pela Reitoria. “Segundo o chefe de gabinete, a administração é do centro ou unidade que desenvolve o projeto em conjunto com as Fundações de Apoio.

Conforme o relatório 2.0160.1508, emitido em agosto de 2016 referente à auditoria anual de contas do ano de 2015, a CGU cobrou correção de falhas que perpassam todas as fases dos projetos, indo desde a normatização do relacionamento entre a universidade e as fundações, passando pela gestão e controle dos contratos, até a prestação de contas e divulgação desses instrumentos”, conforme aponta o relatório.

O órgão de controle federal indicou ainda a necessidade de definição de uma sistemática de gestão, controle e monitoramento, pelo Conselho de Curadores, da execução dos projetos realizados com o apoio das fundações. “Embora não se tenha verificado falha que macule a gestão, essas fragilidades ocasionam riscos na gestão do relacionamento entre a universidade e as fundações de apoio”, finaliza a análise gerencial da CGU.

“
Nossa convicção é de que todos os detalhes das eventuais irregularidades que vierem a ser confirmadas, terão o desfecho que todos exigimos: a devida apuração e a necessária responsabilização.”

Alacoque Lorenzini Erdmann, reitora em exercício da UFSC

PF investiga irregularidades

■ A Operação Ouvidos Mucos, deflagrada na última quinta-feira, investiga desvio de recursos destinados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para o programa de Ensino a Distância da UAB, gerenciados pela UFSC. Segundo as investigações, bolsas teriam sido distribuídas sem processos seletivos e por meio de "indicações" para pessoas que não atendiam aos critérios do programa. Também foi verificada a concessão de bolsas para parentes de funcionários e uma espécie de retenção indevida dos benefícios e a sua utilização para pagamento de custeio.

Na mesma investigação a PF aponta direcionamento e fraude em licitações relacionadas ao programa. Desde 2006, a Capes repassou R\$ 81 milhões para o programa, no entanto a PF ainda não calculou o montante que teria sido desviado.

Sete pessoas foram presas na quinta-feira e liberadas na sexta-feira: Luiz Carlos Cancellier de Olivo, Marcio Santos, Marcos Baptista Lopez Dalmau, Rogério da Silva Nunes, Gilberto de Oliveira Moritz, Eduardo Lobo e Roberto Moritz da Nova. Outras cinco pessoas foram conduzidas coercitivamente para prestar depoimento à PF: Renê Balduino Sander, Erves Ducati, Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz, Murilo da Silva Costa e Aurélio Justino Cordeiro.

Capes cria comissão e "esclarece fatos"

■ A Fundação Capes se manifestou sobre reportagem do ND que revelou detalhes da representação da Polícia Federal na Operação Ouvidos Mucos, na qual o presidente da instituição, Abílio Baeta Neves, é citado. Segundo assessoria de imprensa, a Capes já teria esclarecido os fatos sobre tais denúncias na quinta-feira, quando emitiu nota informando que assim que soube das denúncias envolvendo pagamento de bolsas do EaD determinou "a estruturação de uma comissão para acompanhar o programa de Educação a Distância na UFSC com visita no local e solicitação de documentação complementar". A instituição esclareceu ainda que prestou todas as informações à PF, que fez buscas na sede do órgão em Brasília no dia 14 de setembro.

Diário Catarinense
Notícias

“UFSC manterá aulas de cursos a distância”

UFSC manterá aulas de cursos a distância / Operação Ouvidos Moucos / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Prisão / Reitor / PF / Polícia Federal / Universidade Federal de Santa Catarina / Alacoque Lorenzini Erdmann / Vice-Reitora / Desvio de Dinheiro / Universidade Aberta do Brasil / UAB / Coletiva de Imprensa / Chefe de Gabinete / Áureo Moraes / Capes / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Corregedoria / Investigação / Ensino a distância / Controladoria-Geral da União / CGU / Israel José de Reis Carvalho / Entrevista / Juíza / Janaina Cassol Machado / 1º Vara Criminal da Justiça Federal de SC / Ministério Público Federal / MPF / Marjôrie Cristina Freiberger / Delegada / Érika Marena / Obstrução das investigações

OPERAÇÃO OUVIDOS MOUCOS

UFSC garante continuidade de aulas do ensino a distância

Sem recursos federais, cortados por causa da suspeita de irregularidades, disciplinas que tiveram início em agosto deste ano serão ministradas com verbas da própria universidade

Notícias | 8 e 9

UFSC manterá aulas de cursos a distância

REPASSES PARA O programa foram bloqueados após investigação da PF que resultou na prisão do reitor da universidade

SCHIRLEI ALVES
 schirlei.alves@somosnsc.com.br

A vice-reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alacoque Lorenzini Erdmann, assumiu ontem a reitoria no lugar de Luiz Carlos Cancellier, afastado do cargo após a Operação Ouidos Moccos, que investiga desvio de dinheiro público no programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A direção da instituição garantiu que as aulas dos cursos a distância não serão interrompidas, mesmo com o bloqueio de repasses.

Em coletiva de imprensa durante a manhã, Alacoque leu uma carta direcionada à sociedade catarinense e à comunidade universitária. No texto, ela diz que recebe a "dura e difícil incumbência de responder pelo exercício da reitoria diante do impedimento do amigo Cancellier" e que exerce a responsabilidade com a "certeza do apoio da equipe da universidade".

Durante a coletiva, quem respondeu os questionamentos da imprensa foi o chefe de gabinete da reitoria, Áureo Moraes. Com o afastamento judicial de alguns integrantes da coordenação da UAB, a universidade nomeou professores substitutos para que as aulas continuem sendo ministradas aos 1,3 mil alunos matriculados.

Ele explicou que o repasse da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2017 foi cancelado quando a fundação soube da investigação que era tocada pela corregedoria da universidade antes mesmo de a operação da Polícia Federal vir à tona. Diante da desconfiança do desvio de verba, a entidade decidiu segurar o recurso e esperar os desdobramentos da investigação.

- Foi nesse momento (em maio)

que recebemos a informação de que havia um processo de investigação na corregedoria. Como não temos nenhuma garantia de sequência do edital e dos recursos, vamos avaliar quais procedimentos serão tomados.

Por enquanto, as aulas que tiveram início em agosto continuam sendo ministradas com recursos próprios e apoio dos professores da universidade. As denúncias pesam sobre o curso de Física e colocam em dúvida outras disciplinas, que ainda são objeto de investigação.

INSTITUIÇÃO PRECISA SE FORTALECER, DIZ DIREÇÃO

Sobre a interferência da reitoria na investigação interna da corregedoria manifestada em inquérito da Polícia Federal, o chefe de gabinete disse que Cancellier teve acesso apenas ao conteúdo parcial do procedimento administrativo e que, até agora, não tem conhecimento dos detalhes do inquérito policial. Ele não quis responder sobre denúncias que já haviam sido feitas por uma professora:

- Desconhecíamos detalhes desse procedimento, o que fortalece o nosso posicionamento de perplexidade com o desdobramento final (da investigação).

Moraes confirmou que a suspeita de irregularidade no programa de ensino a distância deixou dúvidas em parceiros de outros programas da universidade. Mas garantiu que a instituição corrigirá os erros e sairá fortalecida.

- Há fatos que merecem ser apurados e estão sendo, mas essa universidade precisa se fortalecer enquanto instituição. Temos que apostar que corrigir é o melhor - concluiu.

Em sua breve manifestação durante a coletiva de ontem, a reitora em exercício destacou que



Alacoque Lorenzini Erdmann assumiu ontem a reitoria da UFSC no lugar de Luiz Carlos Cancellier, afastado do cargo

“Como não temos nenhuma garantia de sequência do edital e dos recursos (para o UAB), vamos avaliar quais procedimentos serão tomados.”

ÁUREO MORAES

Chefe de gabinete da reitoria da UFSC

o episódio se restringe a alguns cursos e que, se as irregularidades forem confirmadas, as pessoas envolvidas serão responsabilizadas.

Na quinta-feira passada, a Polícia Federal cumpriu 16 mandados de busca e apreensão, sete de prisão e cinco de condução coercitiva por suposto desvio de dinheiro de bolsas concedidas a professores e tutores dos cursos a distância da UAB. Além da prisão do reitor, outros seis servidores da UFSC foram detidos por um dia.

ENTENDA A INVESTIGAÇÃO

- A Operação Ouidos Moccos foi deflagrada na manhã da quinta-feira passada e teve sete prisões temporárias - entre elas a do reitor Cancellier - e cinco conduções coercitivas. O foco da ação da Polícia Federal é o Programa Universidade Aberta (UAB), destinado a cursos superiores a distância com o repasse de bolsas por meio da Capes. A proposta do projeto é que os formandos deem aula em cidades do interior do Estado.
- De 2006 até 2017, o governo federal destinou R\$ 80 milhões para o programa. A investigação focou, no entanto, em R\$ 40 milhões, usados de 2010 até 2017. Os investigadores da Controladoria Geral da União (CGU) pegaram contratos por amostragem dentro desse valor e detectaram irregularidades. Por isso, não é possível identificar quanto teria sido desviado.
- Entre 2010 e 2011, foram identificados problemas em 40 procedimentos de bolsas que totalizam R\$ 350 mil. Também foram encontrados nomes de 100 parentes dos envolvidos no esquema como beneficiários. Nessa lista de familiares, o valor estimado em apuração é de R\$ 3 milhões.
- Segundo a CGU, a investigação iniciou após vistorias rotineiras feitas na universidade. Como detectaram indícios de crime, os agentes da controladoria encaminharam os dados para a PF. Desde que os problemas foram detectados, o órgão teria alertado a UFSC e pediu correções, mas elas não ocorreram, segundo o coordenador de operações da controladoria, Israel José de Reis e Carlos Carvalho.

“Há risco de interferência na investigação”

JANAINA CASSOL MACHADO

Juíza responsável pela decisão que autorizou as prisões da Operação Ouvidos Moucos

HYURY POTTER
hyury.potter@somosnsc.com.br

A investigação que apontou indícios de diversas irregularidades na UFSC e ganhou as manchetes da imprensa na semana passada chegou ainda no começo de julho ao gabinete da juíza Janaina Cassol Machado, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal de SC, em Florianópolis. Desde então, foram quase dois meses analisando os pedidos de prisão e buscas feitos pela Polícia Federal e referendados pelo Ministério Público Federal (MPF) até assinar o despacho que deu respaldo legal para sete prisões temporárias, incluindo a do reitor Luiz Carlos Cancellier, cinco conduções coercitivas e diversas buscas e apreensões no dia 14 de setembro, quando a PF deflagrou a operação Ouvidos Moucos.

Ausente do gabinete desde terça-feira (12) por motivos de saúde, a magistrada conversou com o DC e não escondeu a surpresa com a decisão, assinada pela juíza que a substituiu nos dias de licença, Marjorie Freiberger – da Vara Ambiental da Capital – de liberar os presos temporários um dia após a operação no campus da UFSC.

Sobre o principal argumento apresentado pela delegada da PF Erikaarena para as prisões, citando a possibilidade de obstrução das investigações, a juíza foi taxativa:

– Se há risco de interferência na investigação, é uma conclusão a mim lógica. Existe. Tanto que esse foi um dos fundamentos para a minha decisão.

Por meio da assessoria de imprensa da Justiça Federal de SC, a juíza Marjorie Freiberger, citada na entrevista, informou que não iria se manifestar.

A partir de qual momento a Justiça Federal tomou conhecimento da investigação da operação Ouvidos Moucos?

A Justiça toma ciência da investigação na data que o procedimento é apresentado. Neste caso, foi em 5 de julho (de 2017). Além do pedido específico da Polícia Federal que fundamenta os pedidos de prisão e buscas, que tem quase 130 páginas, são cerca de 15 ou 16 anexos que compõem o inquérito policial e são consultados de acordo com o que é citado no documento principal.

Quanto tempo a senhora demorou para analisar esses documentos e como foi esse processo?

O procedimento foi encaminhado pela PF com sigilo número 5, então apenas eu tinha acesso aos autos. Eu abri acesso para outros dois servidores da 1ª Vara que me ajudaram a analisar as informações. Como o documento era da PF, também solicitei um posicionamento do Ministério Público Federal (MPF), como de praxe, por ser uma das partes que investigam. Demorei um pouco mais de 50 dias até assinar o despacho que determinou as prisões temporárias e buscas e apreensões, incluído no sistema eletrônico no dia 28 de agosto. A partir dessa data, a PF e o MPF são informados e se preparam para realizar a operação de fato.

São 55 dias desde a data de entrada do pedido da PF até o despacho em que a senhora aceita os argumentos apontados na investigação. A senhora acredita que esse foi um tempo razoável para analisar um inquérito que tem quase 1 mil páginas, além de vídeos e outros dados?

O tempo que se levou para construir essa decisão e analisar todos os pedidos e provas documentadas no inquérito, eu entendo como sendo razoável. Foi o mínimo necessário daquilo que eu vejo como um período de maturação da decisão, que não pode ser feita de um dia para o outro.

Houve um debate sobre a necessidade das prisões temporárias, principalmente por envolverem um reitor de universidade. Quais provas a senhora conside-



MARCO FAVERO

Houve algum tipo de conversa com ela antes de a magistrada determinar a soltura dos presos temporários?

Eu não dialogo com colega a respeito de decisão que eu tenha que prolatar. Há um princípio da independência, eu ainda não atuo em corte, onde existe um colegiado. A regra é não ter diálogo, até para manter a independência do juiz que está julgando o caso.

É normal um juiz que está substituindo em um período curto decidir algo tão importante como a soltura de prisões temporárias em um inquérito longo e delicado como esse?

Decidir de maneira contrária ao MPF e à PF é algo normal. Pelo prazo e pelo tempo, eu não conseguiria tomar uma medida como essa. Isso é uma postura minha. O magistrado tem independência para isso. A colega analisou. Ela entendeu dessa maneira e que havia urgência.

A senhora acompanhou o andamento do processo no dia seguinte, quando houve o relaxamento das prisões?

Na terça-feira (12), participei de uma audiência com o rosto inchado e problemas de saúde, então tirei licença médica nos dias seguintes. Fui avisada da operação na quarta-feira. No dia seguinte, o da deflagração da operação, apenas acessei o sistema processual para retirar o sigilo sobre a decisão que já tinha sido minha. Isso é comum na Justiça. A partir daí, me informei sobre o caso apenas através da imprensa.

A senhora ficou surpresa quando soube da liberação dos presos?

Sim. Estou na Vara Criminal desde outubro do ano passado e foi a primeira vez que vi uma decisão ser feita dessa forma.

Quais os próximos passos?

Vou analisar os documentos anexados desde a quarta-feira e aguardar os procedimentos regimentais normais. O MPF e a PF têm 90 dias, a contar da assinatura da minha decisão, em 28 de agosto, para se manifestarem sobre as buscas e apreensões realizadas na UFSC. Quando fizerem isso, vou analisar.

rou para determinar essas prisões?

Eu tenho uma limitação legal sobre comentários sobre o processo. Os elementos que eu levei em consideração são aqueles que estão na decisão, que está aberta. Faço um paralelo entre os argumentos e o que estabelecem a Constituição e a Lei Processual Penal, pois eu estou tratando da restrição da liberdade, que é o direito de ir e vir. A prisão temporária é uma medida que eu entendi como adequada nesse caso concreto.

A sua decisão e os posicionamentos da PF e do MPF apontam que há fortes indícios de interferência na auditoria interna na UFSC que apurava irregularidades no pagamento de bolsas do programa Universidade Aberta do Brasil. Com a soltura dos presos no dia seguinte à operação, há riscos?

Eu entendi pela decretação e determinação da prisão temporária de cinco dias, podendo ser prorrogada. Se há risco de interferência na investigação, é uma conclusão a mim lógica. Existe. Tanto que esse foi um dos fundamentos para a minha decisão. Cada magistrado tem a sua leitura de acordo com os documentos que analisa. Mas é possível a renovação de medidas, assim como é possível a revogação, se entendermos que a situação se justifica. Tanto a PF quanto o MPF podem renovar pedidos.

A senhora estava de licença médica entre quarta-feira e domingo, então foi substituída pela juíza Marjorie Freiberger em quase toda a semana passada.

Diário Catarinense
Anexo
"Luz sobre a trajetória de Olga Benário"

Luz sobre a trajetória de Olga Benário / Anita Leocadia Prestes /
Lançamento / Livro / UFSC / Olga Benário Prestes / Campos de
concentração

ANEXO

TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2017

Editora: Cris Vieira
dc.anexo@somosnsc.com.br
(48) 3216-2910

Luz sobre a trajetória de Olga Benário

ANITA PRESTES,
filha da militante
comunista, lança
hoje na UFSC
livro baseado em
novos documentos
sobre a vida da
mãe em campos
de concentração
nazista

YASMINE HOLANDA FIORINI
yasmine.fiorini@somosnsc.com.br

Um arquivo inédito com mais de 2 mil páginas de dossiê sobre Olga Benário Prestes motivou a historiadora Anita Leocadia Prestes, 80 anos, filha de Olga, a escrever uma biografia sobre a mãe. O livro *Olga Benário Prestes - Uma Comunista nos Arquivos da Gestapo* relata detalhes da vida da militante política nos períodos em que esteve presa em campos de concentração na Alemanha até seu assassinato, em 1942, e será lançado hoje com debate na UFSC, em Florianópolis.

Os documentos da Gestapo, a polícia secreta nazista, que contam como era a vida de Olga após sua extradição do Brasil para a Alemanha, em 1936, estavam escondidos na Rússia até cerca de dois anos atrás. Portanto, para quem já leu *Olga*, livro do jornalista Fernando Moraes lançado em 1985, essa nova biografia traz informações inéditas.

— Até então, não pretendia escrever sobre minha mãe porque não havia novas informações. Esse arquivo que ninguém sabia da existência surgiu e permitiu que isso fosse possível. Era um material grande, o maior dossiê da Gestapo sobre uma única pessoa — conta Anita.

A obra traz cartas, fotografias e outros documentos sobre a vida da militante e também de seu ex-companheiro, o líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes, que foi casado com Olga até o momento de sua extradição e é pai de Anita. Também traz detalhes sobre a vida da própria historiadora, que nasceu no campo de concentração de Barnimstrasse e foi afastada da mãe com 14 meses, quando foi entregue à avó paterna, Leocadia Prestes.

— Nesses documentos, aparece bastante a influência de uma campanha mundial

pela libertação dos presos políticos que era dirigida pela minha avó. Quando Olga foi extraditada do Brasil para a Alemanha, a campanha dirigiu-se a ela e depois a mim. Isso aparece em telegramas dirigidos diretamente ao Hitler, havia na época uma pressão muito grande e esse foi um dos motivos para que a Gestapo me libertasse. Por isso, digo que sou filha da solidariedade internacional — explica Anita.

Nos arquivos sobre a mãe, a historiadora também se surpreendeu com a dimensão da coragem de Olga e sua disposição para permanecer firme, sem delatar colegas do Partido Comunista Alemão ou da Internacional Comunista, dos quais ela fazia parte: "Se outros se tornaram traidores, eu jamais o serei", disse a militante.

— Foi um dos motivos pelos quais nunca deixaram que ela saísse. Ela tinha países que a concederiam asilo e eles não permitiram porque ela não falou o que eles queriam. Os documentos também mostram a truculência das autoridades alemãs. Eles acabam revelando a si próprios, são detalhistas na hora de descrever o autoritarismo e a violência.

Apesar de contar a história da família e sua própria, Anita optou por ser impessoal e não fala de si mesma na primeira pessoa no livro. Seu objetivo principal com a obra é alertar, desmascarar o fascismo para evitar que ele se repita. Para a historiadora, os tempos sombrios não ficaram para trás:

— Ele volta de tempos em tempos. E, por trás de tudo, sempre estão os interesses do capital. Na Alemanha nazistas, grandes empresas estavam interessadas naquele regime. Os judeus e outros povos que não eram considerados raças superiores e foram exterminados foram bodes expiatórios. Sempre se apresenta um bode expiatório. Hoje, há vários, inclusive os comunistas, que virou xingamento — afirma.



Arquivos sobre Olga estavam escondidos na Rússia e vieram à tona há cerca de dois anos

Agende-se

O que: Lançamento do livro *Olga Benário Prestes - Uma Comunista nos Arquivos da Gestapo*, com debate com a autora

Quando: hoje, às 19h

Onde: Auditório do prédio EPI, acesso pelo Centro de Ciências Físicas e Matemáticas - CFM (UFSC, Campus Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis)

Quanto: gratuito



**OLGA BENÁRIO PRESTES - UMA
COMUNISTA NOS ARQUIVOS DA
GESTAPO**

De Anita Leocadia Prestes
Editora Boitempo
144 páginas, R\$ 37

Notícias do Dia Região

“Operação implanta mastro do veleiro Eco, da UFSC”

Operação implanta mastro do veleiro Eco, da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Pesquisas oceanográficas

PESQUISA

Operação implanta mastro do veleiro Eco, da Ufsc

O veleiro Eco, da Ufsc (Universidade Federal de Santa Catarina), recebe hoje, em Biguaçu, o mastro responsável por sustentar as velas durante a navegação. O barco está na água desde o último dia 6, quando saiu do estaleiro, na Capital.

A instalação do mastro, prevista para acontecer a partir das 14h, contará com o trabalho de seis pessoas, além de um guin-

daste para erguer a estrutura de cerca de uma tonelada. Esta é uma etapa decisiva para o veleiro ser oficialmente inaugurado e partir para as expedições que terão como objetivo o fortalecimento e expansão das pesquisas oceanográficas do Brasil.

Após a colocação do mastro, o Veleiro permanece em Biguaçu para testes iniciais e no dia 30 de setembro segue

para a Marina de Itajaí, onde no dia 03 de outubro ocorrem o batismo e o lançamento oficial, que deve contar com a presença de autoridades.

O projeto de construção do veleiro teve início em 2012 e tem o objetivo de aprimorar e expandir as pesquisas oceanográficas do País, especialmente, sobre as mudanças climáticas no oceano.



Depois da fase de testes, veleiro será inaugurado em Itajaí

Diário Catarinense Cacau Menezes “Zelo”

Zelo / UFSC / Arno Blass / Professor aposentado / Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina

ZELO

Comovente a dedicação do professor aposentado da UFSC Arno Blass pelo bom conceito da instituição. Em carta ao colunista, o veterano mestre relata que atuou 40 anos na direção da Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina, e, por isso, “não posso deixar de fazer esta manifestação de solidariedade e apoio às pessoas que lá exercem seu mister com profissionalismo e seriedade e são periodicamente enxovalhadas por ilações não comprovadas.”

A Notícia
Moacir Pereira
"Recurso"

Recurso / UFSC / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Reitor



A Notícia
Moacir Pereira
"UFSC: o destaque"

UFSC: o destaque / Universidade Federal de Santa Catarina / Ranking / Universidades Brasileiras / UFSC / Udesc / Mercado / Inovação



Diário Catarinense
Moacir Pereira
"Recurso"

Recurso / UFSC / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Reitor

RECURSO

O reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, continua em seu apartamento no bairro Carvoeira aguardando decisão judicial sobre os recursos de seus advogados requerendo retorno às atividades na universidade. Nos dias que seguiram à liberação, ele se dedicou à assistir filmes e a ler livros. Os recursos estão sendo elaborados por dois advogados do reitor. Outros criminalistas e professores também se colocaram à disposição.

Diário Catarinense
Moacir Pereira
"UFSC: o destaque"

UFSC: o destaque / Universidade Federal de Santa Catarina / Ranking / Universidades Brasileiras / UFSC / Udesc / Mercado / Inovação

UFSC: O DESTAQUE

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA ESTÁ EM SEXTO LUGAR NO RANKING DE TODAS AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. OS DADOS DA PESQUISA FORAM DIVULGADOS PELA FOLHA DE S. PAULO E INDICA TAMBÉM QUE A UDESC FIGURA NA 43ª POSIÇÃO. A UFSC É TAMBÉM CAMPEÃ NACIONAL EM MERCADO E EM INOVAÇÃO.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Algoz de Cancellier na Ouvidos Mucos, corregedor é herança da gestão de Roselane na UFSC](#)

[Corregedor-geral da UFSC fala sobre a Operação Ouvidos Mucos Incrementando a agricultura regional com Simpósio](#)

[Juíza que mandou prender professores da UFSC critica decisão de PF diz que organização criminosa se instalou na Universidade Federal de Santa Catarina](#)

["Pressões começaram logo após a minha posse", diz corregedor que investiga desvio de bolsas na UFSC](#)

[Professor francês visita projetos em São Joaquim que contribuem para o desenvolvimento regional sustentável](#)

[Reitor tentou barrar investigação na UFSC, diz PF](#)

[Santa Catarina investe no desenvolvimento da apicultura](#)

[UFSC fica no sexto lugar em ranking nacional divulgado pela Folha UFSC promove evento sobre cuidado a pacientes em situações críticas de saúde](#)

[UFSC vai manter aulas de cursos a distância apesar de bloqueio de repasses do programa](#)

[Veja mais detalhes da entrevista com o corregedor-geral da UFSC soltá-los](#)

[11ª Primavera dos Museus em Laguna terá visita gratuita, aula de museologia e encontro fotográfico](#)